

SISTEMA "PARK AND RIDE" EM QUESTÃO

Parque dos Viveiros retira miniautocarros

Há cerca de um mês que a empresa que explora o parque de estacionamento dos Viveiros deixou de assegurar a ligação gratuita em miniautocarro para o centro do Funchal.

Segundo o que o DIÁRIO apurou, esta decisão do grupo Estêvão Neves está relacionada com a fraca procura daquele serviço, bem como do próprio parque de estacionamento, denominado Enoarque. Segundo justificação da própria empresa, desde o mês de Janeiro que a utilização do parque não é paga, pelo que não fazia sentido sustentar a carreira dos miniautocarros.

Esta decisão põe em má posição os defensores do sistema "park and ride", sobretudo a vereação da Câmara Municipal do Funchal, cujo presidente, Miguel Albuquerque, se assumiu, por diversas vezes, entusiasta desta solução. Este conceito, já implementado noutros países, consiste na criação de parques de estacionamento nos arredores das cidades, servidos de transportes colectivos de ligação aos centros urbanos. Apresentam a grande vanta-

- O parque de estacionamento dos Viveiros deixou de ser servido de uma carreira gratuita de miniautocarros para ligação ao centro do Funchal. Uma decisão motivada pela fraca procura daquele serviço e que coloca em questão a viabilidade da solução "park and ride" na gestão dos estacionamentos da capital madeirense.



O parque dos Viveiros resulta de um investimento de 5 milhões de contos, que inclui um hipermercado.

gem de afastar parte do tráfego automóvel de zonas propícias ao congestionamento.

No entanto, o conceito "park and ride" está a ex-

perimentar dificuldades em se impor no Funchal, apesar do entusiasmo político na sua implementação. A existência de parques de estacionamento

mais centrais (edifício 2000 ou Campo da Barca) com preçário semelhante ao do Enoarque, que fica a uma distância considerável da baixa funchalense.

Recorde-se que o Enoarque dos Viveiros foi inaugurado a 26 de Junho do ano passado e, logo nos primeiros meses de actividade, foi notória a

fraca adesão. Tanto que o grupo Estêvão Neves tentou remediar o problema, celebrando protocolos com entidades privadas e públicas (Câmara Municipal, Assembleia Regional e Centro Hospitalar do Funchal, etc.), no sentido de mudar os índices de utilização. Um trabalho que se tem revelado difícil.

Mais três parques iguais

O Enoarque foi o primeiro "park and ride" da Região e resulta de um investimento de 5 milhões de contos, que abrange também o hipermercado Modelo. Há cerca de um mês entrou em funcionamento, junto ao Clube Naval do Funchal, o Tecnoarque, infra-estrutura que segue idêntico conceito e que é explorado pela Tecnovia. Há ainda mais três outros espaços previstos para "park and ride", nos Barreiros, junto à Ribeira de João Gomes e no Tecnopólo.

O DIÁRIO contactou ontem o vereador responsável pelo pelouro do Trânsito na Câmara Municipal do Funchal, que admitiu desconhecer a suspensão permanente do serviço de ligação entre o parque dos Viveiros e o centro da cidade.

No entanto, Gonçalo Câmara confirmou a sua confiança no sistema "park and ride": «O investimento que é feito nestes parques com certeza irá ter retorno e vamos criar as condições para isso».

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mf Luis@dnoticias.pt

SITUAÇÃO DOS PORTUGUESES NA ÁFRICA DO SUL

António Guterres defende realismo e ponderação

A carta que o presidente do Governo Regional enviou ao primeiro-ministro, António Guterres, e em que mostra a sua preocupação pela crescente violência e criminalidade que tem afectado a comunidade portuguesa na África do Sul teve resposta imediata.

E nela, António Guterres manifesta semelhante preocupação pela violência que afecta a comunidade portuguesa, recordando a Jardim que diversas iniciativas foram tomadas pelo governo português junto ao sul-africano, mas também termina a carta afirmando que a complexidade da situação aconselha «algum realismo e ponderação para que se evitem mal-entendidos que poderiam, afinal, ser prejudiciais aos esforços que se têm desenvolvido».



Guterres respondeu à carta de Jardim sobre violência e criminalidade na África do Sul.

Este parágrafo final da missiva do primeiro-ministro deve-se certamente ao teor de algumas ideias expressas por Jardim, que

solicita a intervenção da União Europeia por se tratar de defender os «Direitos Humanos contra o crime, o racismo e a xenofobia», pedindo ainda que o posicionamento europeu em relação a este assunto seja com «adequada veemência», visto conside-

rar «inadmissível» o que se passa na África do Sul. De qualquer modo, António Guterres esclareceu Jardim sobre o que tem sido feito para tentar resolver a situação, afirmando que as iniciativas tomadas foram sempre «no respeito das regras que norteiam as relações entre governos de Estados soberanos».

Aponta «a recente visita a Portugal da ministra de Segurança do Gauteng» (área regional que inclui Joanesburgo e Pretória), salientando que a insegurança e violência naquele país africano foram abordadas com detalhe, «como o tem sido por ocasiões de deslocações de membros do governo português à África do Sul».

Menciona igualmente os encontros entre o ministro sul-africano de segurança e representantes da comunidade portuguesa. Outra iniciativa referida pelo primeiro-ministro António Guterres é o acordo de cooperação «no domínio do combate à criminalidade». Segundo adiantou, está para breve a conclusão do supracitado acordo.

Além do mais, referiu

ainda o estabelecimento de uma «linha financeira, à disposição dos consulados para custear o apoio psicológico a vítimas de crimes e seus familiares». A carta que Guterres, pessoalmente, escreveu ao presidente sul-africano Thabo Mbeki, em que afirmava «a preocupação do governo português pela recorrência de actos violentos, envolvendo cidadãos nacionais residentes no seu país e solicitando todo o empenhamento nas formas de cooperação a estabelecer entre os dois governos para uma maior segurança dos portugueses na África do Sul» é também citada como outra forma que foi usada para sensibilizar a África do Sul para o problema.

Já ao nível europeu, o texto de Guterres recorda a Jardim que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, falou da questão no Conselho de Assuntos Gerais da União Europeia, isto a 27 de Janeiro e que foi, aí, decidido analisar as ideias portuguesas sobre o caso, de modo a ver como poderiam ser seguidas.

EMANUEL BENTO
ebento@dnoticias.pt